

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41

Publique-se Inclua-se em
15 maio 95
DE 1995
RICARDO TRÍPOLI - Presidente

Cria a Comissão Permanente de Habitação.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, resolve:

FLS. Nº 01
PROJ. 2555

Artigo 1º - O artigo 29 da Resolução nº576, PROTOCOLO de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores,

REGISTRO GERAL LEGISLATIVO

2555 de 105/1995

Autuação nº 02

fica acrescido do seguinte inciso:

"XX - De Habitação, com nove (09) membros".

Artigo 2º - O artigo 31 da mesma resolução

fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo 20 - À Comissão de Habitação compete dizer sobre proposições e assuntos relativos à política de habitação implementada pelo governo do Estado, principalmente quanto à definição dos programas e dos municípios a serem beneficiados, quanto a realização dos projetos, seja direta ou indiretamente, incluindo aplicação de critérios de atendimento e de financiamento, bem como proceder a fiscalização e investigações pertinentes, sobre as políticas públicas na área de Habitação.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

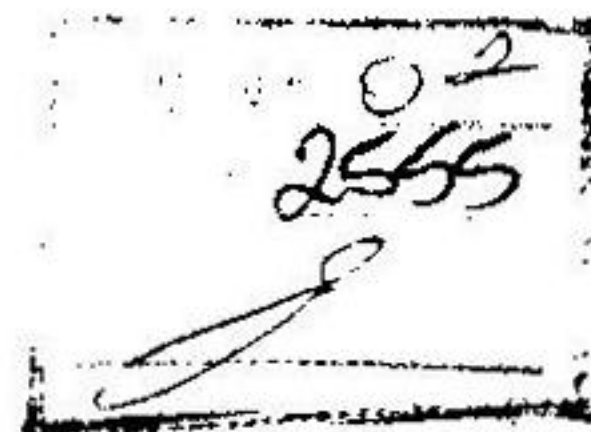
J U S T I F I C A T I V A

O presente projeto de resolução tem por finalidade cobrir uma lacuna por nós sentida desde a nossa posse neste parlamento Estadual.

Tal ausência, deixava ao largo dos deputados estaduais um assunto por demais caro à nossa população.

A Constituição Federal é clara em seu artigo 23, inciso IX, dispondo que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.





Por seu turno, nossa Constituição Estadual em seu Título VI, Capítulo II, artigo 182 repete a disposição, acima citada, contida em nossa Carta Magna.

Não viemos, nesta justificativa, apenas discorrer sobre textos legais que a fundamentaram mas, sim, dizer que os problemas habitacionais existentes em nosso Estado são de tal ordem gritantes e graves que se refletem em vários outros setores, quais sejam: segurança pública, criança e adolescente, saúde pública e meio ambiente.

Podemos dizer que o setor que mais se ressentiu da falta de uma política urbana regionalizada é o da moradia popular e isso se reflete na queda da qualidade de vida da população evidenciada pelo crescimento da população favelada, das dezenas de milhares de encortiçados, pelos loteamentos de periferia desprovidos de infraestrutura e pelos elevados custos dos aluguéis.

É certo que o déficit habitacional no Estado de São Paulo é também um déficit em termos de habitabilidade.

Portanto, é tarefa desta Casa Legislativa criar alternativas, propor soluções e fiscalizar tudo para minorar, se possível, os graves problemas habitacionais que afetam nossa população, fazendo-se necessária a constituição de uma Comissão de Habitação de caráter permanente.

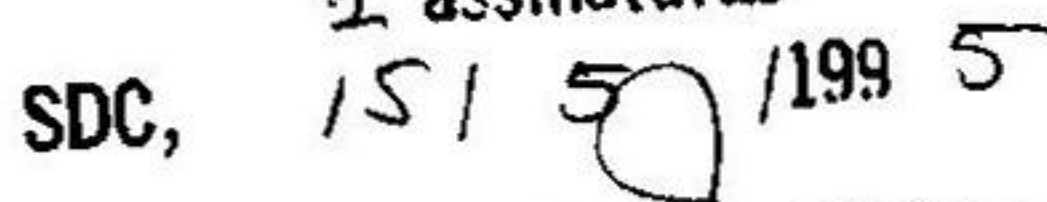
Assim sendo, nada mais louvável que esta Casa se sensibilize no sentido de esta medida alcançar irrestrita acolhida.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1995.

  
MARIA LUCIA PRANDI

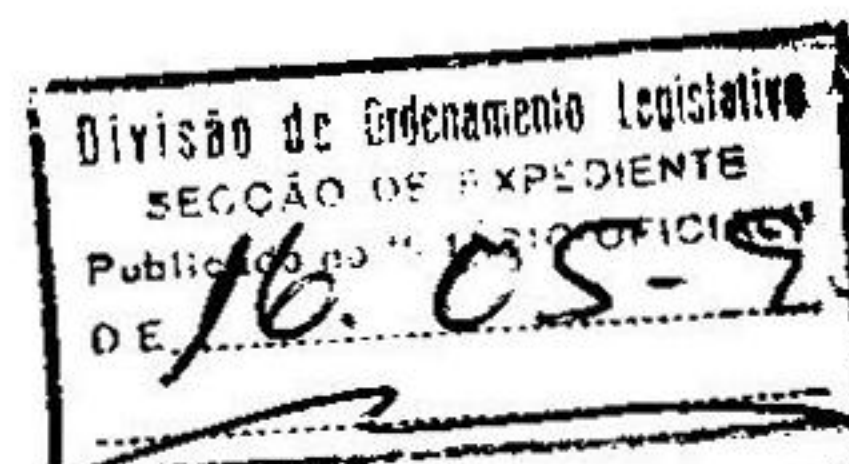
Divisão de Ordenamento Legislativo  
Esta proposição contém  
1 assinatura

SDC, 15/5/1995

  
Chefe de Seção

RSMP/em.

GAT



DRAG

nos termos do 3º artigo da Lei 149 da IV 11  
consolidada em 17 de maio de 1955, não tendo  
sido recebida em 17 de maio de 1955, não tendo  
sido recebida em 17 de maio de 1955, não tendo  
sido recebida em 17 de maio de 1955, não tendo

24/5 1955

*[Handwritten signature]*

Arquive-se, nos termos do Art. 177  
da IX CRI. Publique-se este  
Despacho.  
20 / Março / 2000  
Vitorino Magalhães  
Presidente

Divisão de Ordenamento Legislativo  
Serviço de Processo Legislativo  
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"  
de 21/03/2000  
J. Sen